



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 1 de proc.
n.º 730 de 19 95

100 HOJE

3 COMISSÕES DE: 23 AGO 1995

Constituição e Justiça
Política Urbana, Meio Ambiente
Saúde, Promoção Social e Trabalho
Finanças e Orçamento

PROJETO DE LEI 01 - PL
01-0790/1995

Dispõe sobre a aquisição e loteamento de áreas para serem vendidas à população carente, para construção da casa própria, e dá outras providências.

PR O NTE

APROVADO EM 2a. DISCUSSÃO A SANÇÃO

APROVADO EM 1a. DISCUSSÃO
VOLTA A 2.a DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 23 SET 1995, decreta: ☆

06 SET 1995 ☆

Art. 1º - O Executivo deverá, mediante autorização legislativa, adquirir terrenos localizados na periferia do Município, urbanizá-los, loteá-los e transferi-los, a preço de custo, à população de baixa renda, para construção da casa própria.

Parágrafo único - A autorização legislativa para aquisição de terrenos, de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser requerida, pelo Executivo, em regime de urgência.

Art. 2º - O lote adquirido pelo munícipe, nos termos do artigo 1º desta lei, somente poderá ser vendido após 5 (cinco) anos de sua aquisição e mediante quitação total do débito junto à Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 3º - Fica estabelecido, a partir da vigência desta lei, que 1/3 (um terço) dos recursos do Fundo Municipal da Habitação - FMH, deverão ser destinados à aquisição, urbanização e ao loteamento de terrenos, nos termos do disposto nesta lei.

Art. 4º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1995.

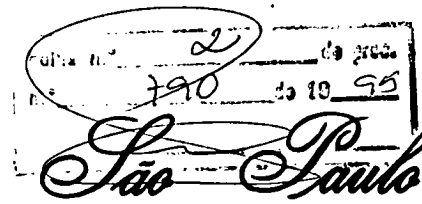
SEÇÃO DE REVISÃO

23 AGO 1995

GILSON BARRETO



Câmara Municipal de São Paulo



JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa atender a demanda habitacional do Município, que afeta principalmente as camadas menos favorecidas da população.

Ao considerarmos que a maioria dos bairros periféricos da cidade foram construídos pelos próprios moradores que, tradicionalmente, financiam lotes de terreno a preço compatível com suas rendas e constroem gradativamente suas casas, normalmente em locais desprovidos de infra-estrutura básica, equipamentos e serviços, verificamos a necessidade da Administração Pública tomar a iniciativa de vender, a preço de custo, lotes urbanizados para a população de baixa renda, como mais uma alternativa para o atendimento da demanda habitacional existente em nossa cidade.

Considerando-se, ainda, que através das Operações Interligadas a Administração Pública vem obtendo recursos do setor privado, para investimentos na construção de unidades habitacionais destinadas a moradores de habitações sub-normais, recursos estes administrados pelo Fundo Municipal da Habitação - FMH, entendemos como oportuno destinar 1/3 desses recursos para a aquisição, urbanização e loteamento de áreas destinadas à população de baixa renda, para a auto-construção de suas casas.

Assim sendo, encaminhamos o presente projeto de lei para aprovação dos nobres pares, em virtude de seu grande alcance social.